



1290005297

TCC/UNICAMP
T191z
IE

Urbanização - Aspectos da Sociedade

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

Rodrigo de Oliveira Taufic

CEDOC - IE - UNICAMP

Zonas Críticas:

**Visões brasileiras sobre a hipótese de
“urbanização completa da sociedade”**

Campinas

2010

201100253

RODRIGO DE OLIVEIRA TAUFIC

Zonas Críticas:
Visões brasileiras sobre a hipótese de
“urbanização completa da sociedade”

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Unicamp como requisito parcial
à obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão

Brandão, Carlos Antonio, 1959-

Campinas

2010

Não há pensamento sem utopia.

Henri Lefébvre

RESUMO

No livro “A Revolução Urbana”, o filósofo francês Henri Lefébvre defende a hipótese de “urbanização completa da sociedade”, processo que tende a suplantiar a dicotomia campo-cidade a partir da expansão da industrialização e do tecido urbano a ela associado. As formulações de Henri Lefébvre acerca das transformações espaciais da sociedade mereceram acurado exame e acalorados debates dentro da economia política marxista, mais especificamente entre os autores das correntes estruturalistas européias. No entanto, as referências feitas aos casos das economias periféricas são raras, o que nos leva a indagar quais seriam as intermediações necessárias para aplicarmos suas reflexões a um caso como, por exemplo, o brasileiro. O presente trabalho busca apresentar alguns tópicos fundamentais da obra de Henri Lefébvre referentes à temática das relações entre campo e cidade – bem como o contexto intelectual em que germinaram – para depois mapear de que forma dois autores brasileiros (Roberto Luís de Melo Monte-Mór e José Eli da Veiga) dialogam com suas proposições e como um terceiro (Milton Santos), não envolvido diretamente no debate, versa sobre o tema, tendo em vista as especificidades de nosso desenvolvimento econômico e territorial.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
1. ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO: REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
1.1 A "visão convencional": o equilíbrio como determinante da forma espacial.....	9
1.2. Acumulação de Capital, Estado e Luta de Classes: o marxismo e a economia política do espaço.....	13
2. CAMPO E CIDADE EM HENRI LEFÉBVRE.....	20
2.1. Trajetórias da urbanidade e relação cidade-campo.....	23
2.2 A Hipótese da Urbanização Completa da Sociedade.....	26
3. UM DEBATE BRASILEIRO.....	30
3.1 Roberto Luís Monte-Mór e a Urbanização Extensiva.....	31
3.2 José Eli da Veiga e o Novo Rural Brasileiro.....	34
3.3 Limites e deficiências nas abordagens de Roberto Luís Monte-Mór e José Eli da Veiga.....	37
3.4 Milton Santos e o meio técnico-científico.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
1.Consensos e questões de fundo.....	47
2.Lacunas.....	49
3.Avaliação.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

As relações entre campo e cidade vêm sendo exaustivamente estudadas pelas ciências econômicas desde a constituição da Economia Política Clássica e de sua crítica marxista, que buscavam por meio da categoria econômica “renda da terra” entender dois aspectos do modo de produção capitalista: 1) como se dá sua reprodução em termos de suficiência das necessidades de abastecimento da economia urbana (essencialmente no tocante às matérias-primas e alimentos); 2) como se estruturariam no campo as novas relações sociais de produção (que¹ recriavam e criavam cidades), tendo em vista a diferenciação de classes com interesses e objetivos distintos daquelas que constituíam as formações anteriormente hegemônicas na ruralidade.

A consolidação e amadurecimento do capitalismo industrial desembocaram, no entanto, em um processo que não poderia ser previsto, em todas suas nuances, por autores como Marx e Ricardo. A expansão desmedida das cidades, em número e tamanho, despertou uma nova inquietude dentro do pensamento social, inclusive com o advento de uma nova ciência: o urbanismo.

Gerações posteriores do marxismo passaram a identificar o espaço como uma importante variável da equação capitalista. Lênin e Rosa Luxemburgo formularam suas teorias do Imperialismo. Ao mesmo tempo, o revolucionário russo também evocava as alianças insubordinadas entre camponeses e operários como estratégia fundamental da ruptura socialista. Trotsky dava forma às teses de desenvolvimento desigual e combinado. Mesmo para aquelas correntes que mantinham a tradição de considerar a geografia uma “complicação desnecessária”, como o fez Marx (Soja, 1993) era impossível fugir ao fato de que, se na periferia do sistema a revolução poderia sair de maneira diferente da cartilha do manifesto, talvez os processos de urbanização fossem mais que meros acessórios da industrialização e pudessem representar a manifestação de novas contradições do desenvolvimento capitalista.

Dentre os autores identificados com essa última hipótese, destaca-se o francês Henri Lefévre. O espaço em sua obra adquire um papel fundamental como lócus de

contestação do modo de produção hegemônico. No seu livro “A Revolução Urbana”, o filósofo descreve a hipótese que intitula “urbanização completa da sociedade”, na qual o processo de desaparecimento da antiga dicotomia campo-cidade daria origem a uma nova sociedade e ao rearranjo nos padrões da relação de produção e na configuração da luta de classes.

O objetivo principal deste trabalho é compreender o diálogo entre a obra de Henri Lefébvre e as vertentes dominantes da economia política marxista para, posteriormente, entender como sua obra repercute nas discussões de autores brasileiros acerca do processo de “urbanização completa da sociedade” em uma economia periférica.

A empreitada inicia, no primeiro capítulo, com a apresentação dos interlocutores de Henri Lefébvre dentro do marxismo identificado com as questões urbanas. São feitas referências também às ciências urbanas ortodoxas que motivaram as críticas marxistas.

No segundo capítulo, aproximamo-nos de algumas idéias centrais do filósofo francês acerca das relações históricas entre campo e cidade e de sua hipótese de “urbanização completa da sociedade”. Além disso, há a intenção de apresentar os principais conceitos que balizam a obra do autor.

No terceiro capítulo elencamos três visões de autores brasileiros – das áreas do planejamento urbano e regional, da economia e da geografia – que propõe diálogos com a obra de Lefébvre, seja do ponto de vista crítico, seja de uma perspectiva recíproca.

Finalmente, são feitas considerações finais contendo um balanço da importância e das lacunas deixadas pelas análises pesquisadas por essa pesquisa.

CAPÍTULO 1

ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO: REFERENCIAL TEÓRICO

A intenção deste capítulo é apresentar alguns referenciais teóricos que permitam compreender o processo pelo qual o espaço adquire diferentes significados dentro das ciências sociais, principalmente em sua vertente crítica. O ponto de chegada será a contextualização do debate no campo marxista que confronta as posições de Henri Lefébvre, de um lado, com aquelas da corrente estruturalista, representada principalmente por Manuel Castells e David Harvey, de outro. A hipótese de Lefébvre acerca da *urbanização completa da sociedade* será melhor compreendida e situada se apreendermos esse percurso. O debate brasileiro sobre o desenvolvimento das relações entre campo e cidade no Brasil também deve ser observado à luz destas discussões, dada a grande influência que os autores estrangeiros exerceram sobre nosso pensamento acerca da questão.

Os apontamentos que farei são amplamente baseados na leitura do livro "A Produção Social do Espaço Urbano", de Mark Gottdiener. Nesta obra, é revista e comentada uma ampla amostra da bibliografia e do pensamento sobre o espaço nas ciências sociais, com o intuito de interpretar criticamente as transformações ocorridas na configuração urbana dos Estados Unidos durante a década de 70. Alguns textos essenciais de autores marxistas que têm papel central para Gottdiener são as outras fontes para a escrita.

Nossa incursão pela economia política do espaço tem início com uma aproximação das vertentes *mainstream* deste pensamento para posteriormente observarmos a perspectiva da economia política marxista e as críticas que tanto uma quanto outra receberam pelas limitações de suas abordagens.

1.1 A “visão convencional”: o equilíbrio como determinante da forma espacial

A “visão convencional” sobre o papel do espaço na estrutura social está ancorada na crença de que os arranjos espaciais são expressão do equilíbrio nas relações entre indivíduos racionais em busca de sua sobrevivência. Esta ideia representa, antes de tudo, uma concepção filosófica do modo pelo qual é regida a sociedade. Sendo assim, as ciências urbanas em suas vertentes *mainstream* aparecem menos como diferentes interpretações acerca do processo de transformação do espaço social do que como modos complementares de se chegar a uma mesma conclusão: as mudanças espaciais são resultado de interações que atendem a um equilíbrio na qual todas as partes estão satisfeitas.

Entretanto, cada uma dessas vertentes opera um sistema de pensamento característico. Mark Gottdiener destaca três correntes que carregam consigo tais preceitos: a ecologia, a geografia e a economia urbanas. Quanto à ecologia, nos interessa menos dentro de nossa perspectiva. Vale dizer que bebe do darwinismo social e da “analogia biológica” para explicar os padrões de uso da terra. Resumidamente, postula que a qualidade fundamental na luta pela existência é a posição, ou, em outras palavras, o aspecto específico de um indivíduo, instituição ou coletividade em termos de localização e que as relações espaciais são dependentes das forças de competição econômica e “seleção funcional”.

A geografia urbana tem como característica principal prover modelos de análise para as relações entre distintas áreas. Assim, a concorrência e o equilíbrio entre indivíduos ou grupos de indivíduos, marca central da ecologia e, como veremos adiante, da economia urbanas, são codificadas simplesmente em termos de espaço, obscurecendo ainda mais as complexas relações sociais que, neste trabalho, admitimos como determinantes das configurações espaciais para determinada sociedade em um tempo histórico específico e sob a vigência de certo modo de produção. A principal abordagem da geografia urbana convencional, seguindo essa linha, é a perspectiva por “sistemas de cidades”, encarada como uma hierarquia de lugares urbanos que compreende uma matriz funcional de redes de comércio, de transporte e de

administração que sustenta um enxame de cidades, desde as pequenas e afastadas até as aglomerações maiores, localizadas no centro.

Deste ponto de vista, a geografia “ortodoxa” logrou ligar os pontos da ecologia e economia urbanas tradicionais, avançando em direção ao que hoje compreendemos como economia regional. Resta entender como a economia opera papel primordial nesse caso, dado que é neste campo que iremos centrar a análise.

Mark Gottdiener propõe que a economia urbana convencional está pautada por três pilares. O primeiro é a teoria do equilíbrio, análoga àquela que orienta o paradigma neoclássico nas ciências econômicas, com a única diferença de incluir no seu rol de objetos de investigação a formação espacial. O pesquisador norte-americano assim define este ponto:

A teoria convencional é uma teoria do equilíbrio. Isto é, adotando uma visão sistêmica que enfatiza a diferenciação funcional e a integração, ela afirma que todas as partes do sistema urbano se ajustam a um todo social que funciona muito bem. Essa concepção não reconhece a existência de conflito ou seu papel em realizar mudanças. É uma posição familiar, adotada pela ciência social convencional em geral, como um meio de evitar considerações levantadas pela análise marxista. (Gottdiener, 1993: 54)

Para o escopo da economia urbana convencional, a teoria do equilíbrio estrutura-se basicamente a partir de uma função urbana na qual, em lugar da utilidade marginal, os indivíduos e instituições possuem requisitos de “centralidade”. A ordenação dos usuários da terra e dos estabelecimentos se dá com relação à capacidade que cada um tem de tirar proveito da localização central e, por conseguinte, pagar por ela. Isso nos leva ao segundo pilar deste campo das ciências urbanas, qual seja, a teoria da localização.

Esta teoria nos diz que o centro das cidades são os locais de concentração das atividades econômicas e das oportunidades de moradia, emprego e investimento. Por esse motivo, os valores das terras centrais são maiores e as opções colocadas aos indivíduos são disputar um espaço central ou afastar-se, beneficiando-se de melhores preços, mas arcando com custos de transporte elevados. A teoria da localização com foco na centralidade passou a perder grande parte da credibilidade que possuía quando

os países de capitalismo avançado, após a segunda guerra mundial, observaram o processo avassalador de desconcentração metropolitana e suburbanização, ou seja, a opção maciça de moradores das grandes cidades de se afastarem dos centros urbanos, criando um novo arranjo no espaço social que compreende, inclusive, uma modificação nas relações entre campo e cidade¹.

Para contornar essa insuficiência teórica, vêm a tona o terceiro e último ponto estruturante da economia urbana ortodoxa: o determinismo tecnológico. Nesse caso, a mudança tecnológica seria o fator determinante de uma mudança na configuração espacial, proporcionando uma interpretação do processo social que não rompe de forma alguma com os pressupostos colocados anteriormente. A situação de desconcentração metropolitana explica-se, assim, pelas inovações tecnológicas e comunicacionais que permitem aos indivíduos uma maior distância do centro da cidade, distância que não afeta o papel dos locais centrais como topo da hierarquia do sistema econômico e social.

Por fim, deve ser enfatizada a complementariedade entre esses diferentes campos das ciências urbanas em suas correntes *mainstream* – ecologia, geografia e economia – que levam a um sistema de pensamento que embora soe simplista, adquire complexidade e domina grande parte das pesquisas e da produção intelectual na área. Da mesma forma que a economia urbana forja o determinismo tecnológico para escapar do fiasco de explicar um processo como, por exemplo, o da suburbanização, também recebe o apoio da geografia para criar novos modelos de explicação da realidade, como o “sistema de cidades”; ambas bebem da ecologia urbana principalmente no que diz respeito à teoria do equilíbrio social; e assim vai se fechando um forte círculo de retroalimentação entre esses campos.

Para romper com os parâmetros da ciência urbana convencional foi necessário um grande “choque de realidade”, na qual tiveram papel fundamental os tumultos de

¹ “Hoje a oposição cidade-campo não caracteriza mais o crescimento nos Estados Unidos, como ocorre em tantas outras nações industrializadas que ainda possuem relações pré-capitalistas predominantes em assentamentos rurais. A região desconcentrada, polinucleada, depende da ação de relações capitalistas tardias tanto na agricultura quanto na indústria – de modo que o espaço é transformado pela “moderna propriedade fundiária” em ambas as extremidades da região metropolitana.” (Gottdiener, 1993: 32)

guetos nos anos 1960 e as manifestações de maio de 1968 na França². Tais eventos expuseram que havia de fato uma questão urbana contendo grande dose de desigualdade sócio-espacial, descontentamento e protesto contra os imperativos da cidade industrial do capitalismo desenvolvido.

O entendimento dos problemas suscitados na década de 1960 foi a mola propulsora para o fortalecimento de uma corrente crítica à ortodoxia urbana. Esta corrente é denominada por Mark Gottdiener como economia política marxista. O ponto central que liga todos esses autores é o fato de admitirem que a forma do espaço de assentamento está ligada ao seu modo de produção. Além disso, o foco nas decisões individuais é descartado, dando lugar ao papel desempenhado pela acumulação de capital e pela luta de classes na configuração do espaço. Apesar dos consensos básicos, diferenças no interior desta corrente levaram a caminhos distintos de interpretação das formas pelas quais se dá a configuração espacial da sociedade e, mais importante, qual o papel do espaço dentro do capitalismo e quais são as possibilidades nele inscritas para sua superação.

Podemos dizer que o principal ponto de discordância dentro da economia política marxista diz respeito ao sentido de determinação entre a organização espacial e a natureza das relações de produção. Para os expoentes do estruturalismo, o espaço é um objeto de pesquisa importante, exercendo porém aspecto funcional ao processo de acumulação de capital, ou seja, não possui a capacidade de influenciar as "bases" do modo capitalista de produção. Para autores como Henri Lefévre, no plano da análise espacial, ou aqueles representantes da Escola de Frankfurt (Marcuse, Horkheimer, Adorno, Benjamin etc.), no plano da cultura e ideologia, o marxismo ortodoxo rompe com a possibilidade de uma análise dialética da realidade, retomando o mecanicismo característico das ciências urbanas convencionais, ainda que sob uma nova roupagem.

² Um autor que foi capaz de sintetizar esses dois acontecimentos ao longo de um raciocínio unificado, no momento em que se davam, foi Guy Debord. O francês esteve envolvido diretamente com os protestos franceses, na produção tanto de rebeliões pela cidade de Paris quanto de material intelectual sobre o que acontecia no mundo. Um dos textos dessa época relata a Revolta de Watts, em Los Angeles (USA), do ponto de vista de sua teoria do espetáculo. Outra revolta parecida aconteceria novamente em Los Angeles no ano de 1992. O contexto da metrópole americana no momento imediatamente anterior a esse fato é devidamente apurado por Mike Davis no seu livro "Cidade de Quartzo".

Referindo-se a esses últimos autores, Mark Gottdiener resume da seguinte maneira o debate:

Acreditavam esses teóricos que os chamados fenômenos superestruturais eram tão importantes, em seu próprio direito de mudar o capitalismo, quanto a visão dos marxistas vulgares de que o capitalismo estava organizado nas mecanizações da base econômica e através delas. Tal conceituação da teoria marxista ficou conhecida, entre os althusserianos, pelo nome de ideologia do historicismo, pois afirmava que o momento atual seria captado pelo pensamento e a intervenção radical seria baseada em tal análise. Por esse motivo, o historicismo se distinguia da perspectiva evolucionista do marxismo ortodoxo, que afirmava a destruição inexorável do capitalismo em consequência de crises. (Gottdiener, 1993: 116)

Procederemos agora à análise de dois autores identificados com o estruturalismo marxista: David Harvey e Manuel Castells.

1.2. Acumulação de Capital, Estado e Luta de Classes: o marxismo e a economia política do espaço

Como sugere o subtítulo, para os autores da economia política marxista, ou da geografia econômica crítica, a produção do espaço deve ser compreendida a partir da acumulação de capital e da luta de classes, os dois propulsores da história nas sociedades modernas. Neste sentido, David Harvey inicia suas explanações pela aplicação de conceitos marxistas clássicos ao desenvolvimento urbano, como mais-valia, superprodução, a queda da taxa de lucro e a crise de acumulação, dando conta principalmente de relacionar os desígnios da acumulação de capital às transformações da forma urbana. Este percurso é flagrante principalmente nas obras “A Justiça Social e a Cidade” e “The Limits to Capital”. A outra frente de análise, que focaliza os conflitos de classe na produção do espaço urbano, pode ser devidamente apreendida no artigo “O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”.

Em relação aos desdobramentos da acumulação de capital no espaço, Harvey define a cidade como um nó de interseção na economia do espaço, como um ambiente que surge da mobilização, extração e concentração de quantidades significativas de mais-valia. O capitalismo depende, primeiramente, da concentração e, depois, da circulação deste sobreproduto. A cidade é produzida pela padronização espacial desses processos, e o papel que a forma urbana desempenha neles se deve a possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que regem a disposição de mais-valia, concentrada dentro dela:

Os fluxos de bens e serviços através de toda essa economia de espaço são uma expressão tangível daquele processo que circula a mais-valia a fim de concentrar o maior volume dela. Essa concepção da economia do espaço é mais instrutiva que a convencional existente, a qual repousa sobre a noção de Adam Smith de que tudo pode ser explicado por uma demanda insaciável de consumo e ganhos mútuos do comércio. É mais realista, portanto, plasmar uma economia de espaço urbano na forma de um dispositivo criador, extrator e concentrador de mais-valia. (Harvey, 1973: 238)

As configurações espaciais são, portanto, regidas pela dinâmica do capital industrial, tanto no seu processo de acumulação, quando concentra a mais-valia, quanto no processo de circulação, quando as aglomerações de consumidores são funcionais à eficiente realização do capital. Por outro lado, o capitalismo opera uma mudança fundamental no padrão de propriedade da terra, que passa a ser baseado na renda da terra, ou seja, na valorização (fictícia) da propriedade enquanto mercadoria. Ainda assim, para Harvey, esse processo é subjugado pela industrialização e ocorre justamente para que seja possível à grande manufatura mobilizar contingentes consideráveis de trabalhadores que são desligados dos seus locais de origem a partir do momento em que o antigo senhor feudal, exercendo controle direto sobre o trabalho, passa a ser um rentista, exercendo controle direto sobre a terra por meio da propriedade privada.

A unidade entre o local de trabalhar e o local de viver, rompida dessa maneira com a passagem do feudalismo para o capitalismo, é o mote geral pelo qual David Harvey propõe um modelo interpretativo do papel do conflito de classes como definidor

dos arranjos espaciais. Para o geógrafo inglês, esta separação força a divisão da luta dos trabalhadores em duas: a primeira, no local de trabalho, diz respeito às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo; a segunda luta, travada no local de viver:

(...) é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre condições de existência no local de residência e convivência. (Harvey, 1982: 8)

Dessa maneira, diferenciam-se frações da classe dos capitalistas: uma ligada às atividades especificamente industriais, outra ligada ao poder sobre a terra e sobre o ambiente construído (empresas de telecomunicações, prestadoras de serviços urbanos e transportes em geral, proprietários de terras e imóveis) e uma última que obtém seus lucros e seu poder sintetizando os interesses e aspirações dos dois grupos anteriores (empreiteiras, incorporadoras, indústria da construção civil e extrativa). A primeira dessas frações tem a capacidade de controlar o trabalho em seus domínios. As outras detém o poder de controle sobre a vida do trabalhador e sobre os padrões de “consumo coletivo” da sociedade. Sua ação conjunta no tempo, em uma sequência complexa de, por um lado, concorrência, acirramentos e conflitos internos³, e por outro, de colaboração e harmonia frente aos desígnios das populações sobre as quais detém algum tipo de ingerência, é que permitem a reprodução das relações de produção.

Mais além, Harvey define o Estado como instrumento de intervenção do capital no ambiente construído, intervenção que se dá usualmente de quatro maneiras:

³ “(...) a apropriação da renda e a transação de títulos imobiliários fixam preços-sinais para a produção de novas mercadorias, de tal forma que é possível chegar-se, pelos mecanismos de mercado, a uma alocação “racional” de terras a usos. Entretanto, devido ao caráter difusor das externalidades e ao caráter sequencial tanto do desenvolvimento urbano como da ocupação, os preços-sinais sofrem toda sorte de sérias distorções. Em consequência, aparecem as mais variadas oportunidades tanto para os apropriadores como para a facção dos construtores, para os loteadores, especuladores e mesmo indivíduos isolados, para embolsarem inesperados mas bem-vindos lucros e rendas de monopólio. Acirrados conflitos dentro de classes ou facções são, portanto, tão comuns quanto aqueles entre classes e facções.” (Harvey, 1985: 10)

- i) *Propriedade privada e casa própria para o trabalhador*: a vulgarização da casa própria funciona como poderosa ferramenta ideológica, pois vincula a classe trabalhadora ao princípio da propriedade privada e a uma consequente “fragmentação” devido às diferenciações por classes de habitação. Além do mais, a libertação dos alugueis e de outras formas de rentismo é encoberta pela entrada dos trabalhadores em longos circuitos de endividamento⁴;
- ii) *O custo de vida e a taxa de salário*: o Estado se “alia” à classe trabalhadora na manutenção de um custo de vida que não prejudique a utilização de seu fundo de consumo. Dessa forma, é suprimida parte do poder dos proprietários de terra e desvalorizado o seu monopólio relativo no espaço, o que leva a novas configurações espaciais;
- iii) *Consumo “racional”, administrado e coletivo*: o ambiente construído pode ser entendido como um conjunto de bens e recursos que são consumidos coletivamente (ruas, passeios, sistemas de esgotos e drenagem, parque e áreas de recreio). É dessa forma disputado pelo capital como locus privilegiado da realização de mercadorias e da reação frente aos impulsos que promovam novos valores mediante esta sociedade.
- iv) *A socialização do trabalho e as relações com a natureza*: a aceitação pelos trabalhadores da dinâmica de trabalho imposta pelo sistema fabril não ocorre de maneira natural, posto que é historicamente determinada. Por isso, é necessária a intervenção do Estado na construção de um espaço que permita ao trabalhador passar da revolta à resignação. Essa intervenção se dá principalmente através da criação de falsos espaços de convivência com outras pessoas e com a natureza.

Por fim, Harvey finaliza sua análise com uma advertência que apenas reforça o elo entre sua obra e o estruturalismo citado acima como vertente ortodoxa das

⁴ “Um trabalhador hipotecado até o pescoço é, na maioria dos casos, um bastião da estabilidade social e os esquemas para promover a casa própria para a classe trabalhadora há muito tempo que reconhecem esse fato básico. Em troca, o trabalhador pode lentamente estabelecer alguma equidade em relação à propriedade.” (Harvey, 1982: 13)

interpretações marxistas: as diferentes formas de intervenção do capital – através do Estado – no ambiente construído são meios de ora atenuar, ora impulsionar e sempre reproduzir as relações que estão na base do modo de produção capitalista:

Podemos concluir que os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores de renda e a facção da construção civil mediam as formas de conflito; eles se erguem entre o capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vistas a verdadeira fonte da tensão. A aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído – as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana – disfarça uma essência oculta que é, nada mais nada menos, que a luta entre o capital e o trabalho. (Harvey, 1982: 29)

Sendo assim, qualquer forma de intervenção ou ação coletiva no espaço, se não questionar os determinantes últimos do processo de acumulação de capital (no caso de sua análise, a indústria) corre o risco de ser presa por uma armadilha e transformar-se em busca por interesses corporativos. Esse processo dá origem à uma “consciência de comunidade”, mas não à uma consciência de classe que de fato enfrente todas as formas de exploração, quer no local de viver, quer no local de trabalho. A capacidade do espaço ser um canal estratégico para a superação do capitalismo é aqui bastante minorada, senão completamente descartada.

Antes de prosseguir, gostaria de frisar que essas são apenas aproximações da obra de David Harvey, com o intuito maior de expor a estrutura de pensamento da economia política marxista do que propriamente aprofundar na análise do autor, tarefa bastante complexa e que exige uma análise bastante acurada de toda a sua obra, na qual refina e desenvolve melhor uma série de outros conceitos e interpretações⁵.

Na visão de Gottdiener, as principais deficiências na análise de David Harvey são a concepção de um Estado monolítico (agente da classe dirigente)⁶, o que leva a

⁵ Buscando apreciar a trajetória de Harvey, Gottdiener coloca ênfase no papel que as finanças desempenham posteriormente em seu modelo de interpretação dos fenômenos urbanos, deslocando a noção de predominância da cidade industrial soberana, concentradora da mais-valia, para a hegemonia de um espaço descentralizado, regido pela dinâmica do capital financeiro e tendo como principal fonte de valorização de capital a órbita da circulação e do consumo.

⁶ “Em toda a produção intelectual de Harvey há uma tendência a retomar um argumento da cidade manipulada, em que uma classe capitalista domina uma classe trabalhadora monolítica e seu espaço

um esquema funcionalista de explicação acerca das motivações da intervenção no espaço, e a noção de que os investimentos no “circuito secundário” da economia – ambiente construído para produção, ou ativo fixo – só são atraente em períodos de superacumulação de capital.

Manuel Castells é o autor que, ainda dentro do estruturalismo, busca desmecanizar a análise espacial e construir uma teoria da produção do espaço mais complexa que aquela de Harvey ou de outros economistas marxistas identificados de alguma forma com o pensamento althusseriano.

Na teoria do espaço de Castells, o urbano é uma unidade espacial da reprodução da força de trabalho. A produção do ambiente construído ocorre através dos processos pelos quais todo o conjunto de estruturas econômicas, políticas e ideológicas se articula com essa unidade espacial. Essa articulação se materializa por meio do oferecimento de serviços e bens públicos essenciais para a reprodução da força de trabalho e da organização dos meios de consumo coletivo que constituem a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte etc. Indo além, o urbano não adquire autonomia frente à base do modo de produção, porém aparece como *locus* de uma contradição fundamental do próprio capitalismo, qual seja, a coordenação das atividades ligadas à vida cotidiana dos trabalhadores para a defesa de uma sociedade baseada na livre iniciativa, na concorrência, na perfeição dos mercados.

Segundo Castells, a emergência de movimentos sociais urbanos pode realmente favorecer a perspectiva de contestação da sociedade capitalista à medida em que explicitam essa contradição. No entanto, esse avanço em relação ao pensamento de David Harvey permanece restrito por muitas amarras: o capitalismo e sua “unidade espacial” de reprodução da força de trabalho mantêm sua pujança ou derrocada ancoradas nos momentos de crise econômica, originadas na base das relações de produção; o Estado continua patrocinando intervenções que visam somente respaldar interesses das classes detentoras dos meios de produção etc.

comum. Isso confunde a atuação do capitalismo como sistema estrutural com as ações voluntaristas de indivíduos como membros de classes.” (Gottdiener, 1993: 105)

A trajetória que vai das ciências urbanas convencionais até o pensamento de Castells é a trajetória de distanciamento da ideia de “neutralidade” na determinação da dinâmica social. Para os autores da ecologia, geografia e economia urbanas, o espaço era um mero receptáculo, um tabuleiro sobre o qual os indivíduos refletiam suas escolhas racionais. David Harvey coloca em cena os aspectos fundamentais da produção do espaço, do ponto de vista da economia política marxista. Ainda assim, as configurações espaciais aparecem como desdobramentos, ou seja, consequências de um processo do qual não ocupam o topo da hierarquia de determinações. Em seguida, Castells confere autonomia ao espaço social característico do modo de produção capitalista, porém ainda refém de da estrutura básica que norteia o processo de produção e as relações entre capital e trabalho.

O reflexo das limitações de tais teorias é o desenvolvimento rasteiro das questões envolvendo as relações entre campo e cidade, visto que esta última formação sócio-espacial adquire maior relevância pelo fato de estar mais intimamente associada à organização do capitalismo industrial. É nesse contexto que Henri Lefébvre irá promover sua hipótese de *urbanização completa da sociedade*, na qual descreve mais o movimento de uma formação sócio-espacial em direção a outra do que o processo de dominação de um modo de produção moderno sobre outro atrasado. Para compreender o que é essa “formação sócio-espacial” e como se distingue das características mais gerais do modo de produção, é necessário analisar a obra de Lefébvre, o que é feito no próximo capítulo.

O desenvolvimento do debate acerca da economia política do espaço se mostra fundamental primeiro para a tentativa de compreender como se dá a produção social do espaço e, em segundo lugar, para observar de que forma se dá o diálogo (ou não-diálogo) entre a economia e outras ciências sociais quando se tem em comum o mesmo objeto de estudo. A crítica radical de Lefébvre ao método da economia política marxista reverbera não somente em território europeu, mas também no Brasil, onde será fonte para uma rodada de debates dentro do pensamento econômico e geográfico – urbano – nacional, como será visto no último capítulo desta monografia.

CAPÍTULO 2

CAMPO E CIDADE EM HENRI LEFÉBVRE

Antes de adentrarmos o assunto específico que queremos abordar, cabem ressalvas quanto ao posicionamento de Henri Lefébvre (1901-91) enquanto pensador. O entendimento do mundo a partir da filosofia é o mote mais geral de seus escritos e de seu sistema de pensamento. No caso de nosso estudo da cidade, isso significará a busca incessante por uma totalidade em sua compreensão deste objeto, entendida como conjugação das determinações históricas, espaciais, econômicas, políticas, culturais etc. que compõe o real. A partir disso, criticará o uso das “ciências parcelares” para o entendimento da cidade, responsáveis pela fragmentação do conhecimento, confluindo para a criação de várias ciências (ou saberes técnicos) sobre a cidade que pouco ou nada dialogam entre si. A tentativa de ser “global” em relação à cidade é reivindicada pelo urbanismo, para o qual Lefébvre sugere um exame crítico. O urbanismo estaria em uma encruzilhada: ou supera seu estágio inicial de interdisciplinariedade - de coleção de saberes - ou se afirma como instrumento de aproximação do global.⁷

Dito isto, é necessário colocar seus estudos sobre o espaço e a cidade no contexto em que foram desenvolvidos. O livro “O Direito à Cidade”, que inaugura o exame declarado do tema é escrito em 1968, momento em que a cidade industrial europeia plenamente desenvolvida experimenta crise profunda, influenciando e sendo influenciada por uma crise sem precedentes das bases fundantes de toda a sociedade europeia. Lefébvre participará ativamente dos movimentos de contestação e do debate mais amplo sobre as causas e consequências daquilo que se presenciava, mais especificamente dentro do marxismo ao qual (à sua maneira), permaneceu fiel até o final da vida.

A interpretação hegemônica deste momento dentro do marxismo se encontrará na corrente do estruturalismo, sendo Louis Althusser seu maior expoente. Como vimos

⁷“Ou o urbanista se inspira na prática de conhecimentos parciais que ele aplica ou então ele põe em ação hipóteses ou projetos ao nível do global”. (Lefébvre, 1969: 40)

anteriormente, o estruturalismo interpretava a cidade como produto do capitalismo (e da industrialização), imputando intrínseco valor negativo ao urbano.⁸ O estruturalismo aparecerá como um marxismo “duro”, insistindo que o humanismo em Marx fez parte de um “pré-marxismo” ao qual o aprofundamento da teoria marxista não deveria fazer referência.

Lefébvre argumentará que o estruturalismo não passa de uma ideologia da classe dominante que traveste de positivismo uma teoria dialética do progresso humano. Para o autor, o estruturalismo teria como implicação política o stalinismo, o enclausuramento do marxismo no dogma do estatismo, na criação de um capitalismo de Estado.⁹ A resposta de Lefébvre será conformada por três frentes: a denúncia e a crítica do estruturalismo; a formulação de seu próprio estudo sobre a cidade e a produção capitalista do espaço; a prática do método marxista como acredita correto.

Algumas das diferenças entre Harvey, Castells e Lefébvre estão aí contidas, à medida que os dois primeiros tiveram marcante influência do estruturalismo. O excerto abaixo, do livro de Stuart Elden, coloca em perspectiva essas diferenças, começando pela abordagem dos autores inglês e espanhol:

The standard themes of geography were given an explicitly Marxist reading, with attention being paid to the distinction between exchange and use value, the role of class struggle, and the superstructural forms resulting from the changes in the mode of production. Lefébvre's work was more radical – it disrupted many of the assumptions of marxist theory. But in doing this Lefébvre was criticized by Castells and Harvey for elevating space to the level of casual efficacy, rather than being an expression of the relation of production (Elden, 2004: 142)

Ainda que Harvey e Castells apresentem alguns avanços em relação ao estruturalismo, Lefébvre pouco beberá dessas fontes, privilegiando iniciar seu exame

⁸ “A confusão existente entre o industrial e o urbano conduz a subordinar o segundo ao primeiro na hierarquia das ações, considerando o urbano como efeito, resultado ou meio; tal confusão provoca graves consequências: conduz a um pseudoconceito do urbano, a saber, o urbanismo, à aplicação da racionalidade industrial e à renúncia da sociedade urbana” (Lefébvre, 1972: 49)

⁹ “Its dominance in the 1960s and early 1970s was linked to a statist bureaucracy, technocracy and statism generally. Structuralism, a knowledge which claims purity through the epistemological break from ideology, is for Lefébvre merely an ideological tool, a formal expression of the dominant ideology of the state.” (Elden, 2004: 23)

da cidade pela história. Enquanto conceitos-chaves de O Capital foram o receituário para entender a transformação e as mudanças da cidade e do campo na perspectiva dos outros autores, o francês abusará do que chama método regressivo-progressivo, uma percepção dialética da história pela qual as determinações componentes da realidade seriam influenciadas pelo passado e pelo futuro (o virtual, o possível) de maneira não-linear, não hierárquica.¹⁰ Isso não quer dizer que seja impossível fixar os pés em determinado objeto. À essa análise do presente corresponderá o uso de tríades dialéticas (por exemplo: a análise do mundo moderno poderia ser efetivada a partir da interação dialética de Estado, Nação e Classes), em oposição ao usual modelo binário utilizado pelos estruturalistas.

Em resumo, podemos colocar o modelo teórico de Lefébvre em três termos:

- a) **Descritivo.** Observação orientada pela experiência e pelo olhar informado pela teoria, com vistas a captar o real a partir do visível;
- b) **Analítico-regressivo.** Análise regressiva da realidade com foco nessa coexistência de relações sociais com temporalidades distintas.
- c) **Histórico-genético.** Reencontro do presente, sendo essa volta à superfície fenomênica da realidade social guiada pela compreensão de como suas estruturas evoluem e se subordinam a estruturas mais gerais. Nisto afloram as contradições do processo histórico, e mais que isso, a possibilidade de compreendê-las como desencontro de tempos, de virtualidades não concretizadas.¹¹

Agora abordaremos sua análise específica do urbano e da evolução na relação cidade-campo, que é o objeto deste estudo.

¹⁰ “Tal y como Marx pensava, el adulto comprende em tanto que sujeito (conciencia) y posibilita el conocimiento em tanto que objeto real, de sua ponto de partida, de lo que es su esbozo (quizá más rico e complejo que él mismo), a saber: el niño” (Lefébvre, 1972: 29)

¹¹ Extraído de (Cunha et alli, 2003: 7)

2.1. Trajetórias da urbanidade e relação cidade-campo

A partir do método que expusemos anteriormente, temos a industrialização como ponto de partida para a análise da realidade. A isso, segue a constatação de que a cidade preexiste à industrialização e de que a dinâmica indutor-induzido é muito mais complexa do que aquela formulada pelo estruturalismo. Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade.

A cidade principia como cidade política, que organiza e dirige os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, regagem, construção de diques. É a cidade onde são formuladas as ordens, onde reina a escrita e o comando (cidade característica do modo de produção asiático). Povoada por sacerdotes, guerreiros, príncipes, nobres, chefes militares, administradores, escribas etc., é uma cidade de poder, e o território que explora está fora de si. Seu aspecto físico é o de "obra": predomina o monumento, o investimento improdutivo no espaço; privilegia-se o encontro, a comunicação; é atribuído ao espaço principalmente valor de uso, do qual a Festa é sua maior expressão.

Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). A própria cidade é uma **obra**, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos **produtos**. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca (Lefébvre, 1969: 10)

Lefébvre sugere então que o momento seguinte é o de ascensão de uma cidade comercial, dominada pela troca e guiada por esta orientação na sua maneira de dispor e disputar o espaço. Isso não significa dizer que o comércio não esteve presente na cidade política. Durante toda essa derivação histórica deve-se ter em mente a dinâmica de disputa e hegemonia sobre o espaço. Concretamente, isso significará a presença ou não de *heterotopia*, uma anormalidade em um organismo que, em nosso caso, é a

cidade. A atividade comercial, durante a hegemonia da cidade política, teria sido claramente deslocada e estigmatizada, relegada aos encostos e a lugares desprezados. Quando passa a disputar a centralidade é que se afirma como projeto de cidade. Nesta época (século XIV, aproximadamente) as trocas se convertem em função urbana. Desta função surgem formas arquitetônicas e urbanísticas e, a partir delas, uma nova estrutura do espaço urbano.

Assim, há enfrentamento do comércio e resistência da política. A ascensão de uma dita cidade comercial não significa o fim da cidade política, mas sim uma sobreposição, uma hegemonia na centralidade que trará a tona uma nova unidade urbana, calcada no conflito entre essas duas forças.¹² Durante este período, não obstante, nasce a *imagem da cidade*. O que antes existia era uma oposição entre rústico e cultivado, entre natureza e cultura, ou se quisermos, entre trabalho intelectual e trabalho braçal (levando em conta a função da cidade política que descrevemos anteriormente). Na esfera da representação, a imagem da cidade é o plano, a nomeação e a organização dos espaços. Na esfera das relações econômicas entre campo e cidade, significa dizer que agora a cidade não é mais uma aberração em meio a um oceano rural, mas sim o contrário: o campo passa a ser nada mais que os arredores da cidade, seu horizonte, seu limite. Os camponeses e aldeões não produzem mais para o seu senhor. Produzem para a cidade, para o mercado urbano.

Essa transição é acompanhada por mudanças culturais, políticas e sociológicas importantes, incluindo o crescimento da importância do Estado, a revolução científica e a ascensão do capitalismo. Tais mudanças serão ao mesmo induzidas e indutoras do processo de industrialização que está por nascer, ainda distante de tomar conta do espaço urbano que o precede.

¹² Exemplos não faltarão a Lefébvre para ilustrar esse ponto. Do livro *A Revolução Urbana* podemos extrair dois: “*Las transformaciones de París ilustran una compleja interacción entre los tres aspectos y conceptos más esenciales: función, forma y estructura. Las burgadas e las barriadas, primero comerciales y artesanales: Beaubourg, Santi-Antoine, Saint-Honoré, se convierten en centros, que rivalizan con los poderes propiamente políticos (las instituciones), en lo que a influencia, prestigio y espacio respecta; los obligan a compromisos, participando con ellos en la construcción de una poderosa unidad urbana.*” (Lefébvre, 1972: 17); “*Cuando Cristo expulsa a los mercadores del templo, se trata de la misma prohibición e adquiere el mismo sentido.*” (Lefébvre, 1972: 15)

A industrialização nasceria justamente fora da cidade, onde estivesse favorecido o acesso à matéria-prima e mão-de-obra. A industrialização cria sua própria cidade, uma racionalidade e uma técnica espaciais que, ao longo do tempo, dominarão e farão sucumbir a urbanidade como esta se encontrava constituída.

O primeiro ponto a ser observado é o fato da industrialização ser responsável pela liberação da mão-de-obra presa ao campo e mesmo daquela obediente à distribuição do trabalho como concebida pelas corporações de ofício. A vida agrícola perde sua autonomia, sua independência. Particularidades locais são esquecidas em meio à uniformidade. A fábrica urbana prolifera, se estende, corrói os resíduos da vida agrária. Grandes contingentes populacionais movem-se (ou são movidos) em direção à indústria para que seja explorada sua força de trabalho.

O segundo ponto responde ao modo pelo qual a cidade industrial toma de assalto o espaço urbano em que se encontram assentadas a cidade comercial e a cidade política para novamente transformá-las em algo novo. As marcas do predomínio da cidade industrial serão a técnica aplicada ao espaço, a planificação¹³ e a primazia do valor de troca como determinantes da produção social do espaço.

A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana pré-existente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder **negativo** da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial (Lefébvre, 1969: 25)

O processo de embate entre cidade política, cidade comercial e cidade industrial se acirra, embora as duas primeiras possuam pouca capacidade de resistir aos imperativos da última. Entretanto, o que se coloca não é um desaparecimento da cidade política ou da cidade comercial, mas sim a aquisição de novas funcionalidades no esquema de reprodução social comandado pelo capital industrial.

¹³ Na acepção de Lefébvre, a planificação seria o planejamento do espaço urbano para atender aos imperativos da eficiência industrial. Assim serão desenhadas as ruas, as rotas, os sentidos e a maneira de usufruir do espaço que vai concretizar uma rotina, uma racionalidade que dá suporte à produção da indústria. Nesse sentido, a unidade urbana seria mais um aspecto da "superestrutura" não apreendido pelos estruturalistas, que a consideravam composta apenas pela ideologia e pelas instituições.

As transformações perpetradas pela industrialização darão início ao processo chamado por Lefébvre de *implosão-explosão*. A implosão significando desfacelamento da centralidade, imposição de força da transformação do núcleo urbano previamente estabelecido. A explosão, expansão de um *tecido urbano*¹⁴ que constitui uma unidade coerente ao redor de uma ou várias cidades, antigas e recentes, além da projeção de múltiplos e dissociados fragmentos (periferias, subúrbios, cidades-satélite etc.). Indo um passo adiante da base econômica do *tecido urbano*, aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, os da vida social e cultural.¹⁵ O autor resume o processo de *implosão-explosão* como conjunção de: concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano e subordinação completa do agrário ao urbano.

No esquema de raciocínio lefebvriano, a irrupção da cidade industrial antecederá a *fase crítica*, onde se localizará o que chama de *zona crítica* (conceito que dá título a essa monografia). Estes conceitos e suas definições são ponto chave para o entendimento do processo de urbanização completa da sociedade, que abordará principalmente no livro *A Revolução Urbana*. É a esse processo que vamos nos deter a partir de agora, afim de entender como podem contribuir para o estudo de nossa relação entre cidade e campo.

2.2 A Hipótese da Urbanização Completa da Sociedade

A *urbanização completa da sociedade* é a hipótese com que Lefébvre inicia o livro "A Revolução Urbana" e diz respeito a uma orientação (a um cenário possível), não a uma realidade consolidada. Uma leitura desatenta poderia denotar a essa hipótese caráter de profecia ou adivinhação. Entretanto, a formulação não passa de aplicação do

¹⁴ "Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras. (Lefébvre, 1969: 16)

¹⁵ "Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário 'moderno', o que comporta novas exigências no que diz respeito aos serviços. (Lefébvre: 1969: 17)

método regressivo-progressivo, pelo qual se pretende uma análise do presente a partir do futuro, e vice-versa.

Em síntese, o conceito de urbanização completa da sociedade diz respeito ao processo pelo qual a submissão total do espaço aos imperativos da sociedade industrial engendra uma sociedade urbana com dinâmica, problemas e realidade próprias. Talvez a maior crítica de David Harvey em relação ao trabalho de Henri Lefébvre esteja neste ponto. O desenvolvimento da teoria lefebvriana leva a conclusão de que a própria indústria (que possui responsabilidade crucial sobre o fenômeno urbano) passa à condição de submissa da racionalidade e sociedade urbanas.¹⁶ O geógrafo inglês dirá que as determinações em primeira instância estão nas bases econômicas da sociedade, ou seja, no *locus* de produção da vida material, à medida que Lefébvre vai atribuir importância fundamental para a organização espacial da sociedade, à cultura, à vida cotidiana. É importante notar que em momento algum Lefébvre nega ou decreta o fim do **modo de produção capitalista de mercadorias**. Entretanto, a instituição da problemática urbana e da ideologia do urbanismo não dependeriam necessariamente do modo de produção. Fruto de um **modelo de produção capitalista do espaço**, o fenômeno urbano foi arrastado até mesmo aos países socialistas.¹⁷

Esta *sociedade urbana* induz e é induzida por uma problemática urbana contida na *fase crítica*. A *fase crítica* funciona como uma caixa preta: sabe-se o que entra, vislumbra-se o que sai, mas não é possível descrever o que ocorre lá dentro. Assim sendo, tanto a agricultura quanto a indústria conservam seus problemas específicos, que são resignificados ou solucionados a partir da nova realidade urbana.

A *fase crítica* compreende o surgimento do *urbano* e as zonas críticas, ou campos cegos, sua representação no espaço. São locais em que o conteúdo da oposição campo-cidade se torna obscuro, de difícil compreensão. No processo que descrevemos anteriormente, campo e cidade alteravam constantemente sua lógica de

¹⁶ "La industrialización, potencia dominante e coactiva, se convierte en realidad dominada a través de una crisis profunda, al precio de una enorme confusión, en el curso de la cual se confunden lo pasado y lo presente, lo mejor y lo peor" (Lefébvre, 1972: 22)

¹⁷ "For Lefébvre, the urban problematic, urbanism as ideology and institution, urbanism as a global tendency, are worldwide facts. The urban revolution is a planetary phenomenon. Analyzing urban problems in the capitalist mode of production, requires us to illuminate the contradictions of the urban phenomenon within the global process" (Elden, 2004: 131)

interação permanecendo, entretanto, certa dualidade. A hipótese de *urbanização completa da sociedade* explicita o caminhar em direção ao fim da dualidade. A unidade urbana, antes referida à interação das cidades política, comercial e industrial alcança o campo e adquire o caráter mais totalitário de seu desenvolvimento histórico. Roberto Luís Monte-Mór define o processo da seguinte maneira:

O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social. (Monte-Mór, 2006: 7)

No entanto, a análise não deve fazer crer que a fusão da sociedade urbana com o campo seja um processo de neutralização. Enquanto se atenua a relação cidade-campo, radicaliza-se a oposição urbanidade-ruralidade. *"Há um deslocamento da oposição e do conflito"*. Isso significa negar as teorias do "rurbano"¹⁸, que já no momento de escrita do livro *"O Direito à Cidade"* ganhavam força nos estudos de geografia e até hoje figuram como conceito-chave em algumas escolas de pensamento, no Brasil e mundialmente.

Para o prosseguimento deste trabalho deve-se derivar aspectos e exemplos concretos dos temas abordados e das hipóteses formuladas por Henri Lefébvre. Para isso, precisamos situar-nos no tempo e no espaço, compreender a realidade brasileira, a maneira como se deu seu processo de urbanização, que guardará características específicas dado o desenvolvimento específico do capitalismo brasileiro.

As variáveis que distinguem o desenvolvimento histórico brasileiro do europeu – base em que se sustenta o estudo de Lefébvre sobre a cidade, o campo e o urbano – poderiam ser usadas para invalidar a utilização do raciocínio lefebvriano em nosso solo.

¹⁸ Segundo as teorias do "rurbano", a expansão geográfica das cidades, fruto de lógica própria (ou seja, que mantém pouca ou nenhuma relação com seus "territórios externos"), seria responsável pelo "encontro" entre campo e cidade, definindo espaços de neutralização. O ponto de partida da análise é a interação espacial entre estes dois polos. Para Lefébvre, este contato, para ser estabelecido, depende da distribuição do *tecido urbano*, precedente ao encontro físico, que não necessariamente deverá acontecer. Por fim, para o francês não é admissível crer em neutralização. O processo é de ataque da urbanidade sobre a ruralidade.

Entendemos que uma leitura atenta de seu método, ainda que não consiga extinguir as discrepâncias existentes entre a reflexão teórica e a realidade, possibilitará a aplicação de alguns preceitos ao nosso entorno. Indo além, pensar sobre a realidade urbana brasileira a partir do pensamento do autor pode nos levar a compreendê-lo melhor.

Não tivemos, pelo menos desde a chegada dos colonizadores a esse território, a constituição de uma cidade política semelhante às cidades-estado grega ou egípcia, muito menos de uma cidade comercial aos moldes de Veneza ou Florença, que teriam representado a mudança inicial em direção à *fase crítica*. No entanto, do processo de industrialização tardia do Brasil podemos retirar semelhanças bastante forte com àquele dos países desenvolvidos da Europa, Ásia e América do Norte. A análise de seus determinantes permitirá compreender em que medida o processo de urbanização brasileira se assemelha àquele descrito na hipótese da *urbanização completa da sociedade*, entendendo que não é condição limitante termos passado ou não pela mesma trajetória histórica que é matéria -prima para sua construção.

Esta ideia já se apresenta de certa forma constituída pelo conceito de *urbanização extensiva*, formulado por Roberto Luís Monte-Mór¹⁹, que parte da industrialização para a identificação de uma cidade política e comercial especificamente brasileiras. Entendemos que, aliada à realidade e história brasileira, não se devem perder de vista alguns elementos fundantes do debate que fizemos acima, mais aclarados no ponto em que se discute a instauração da *sociedade urbana* como independente do modo de produção. Essa é uma chave importante para entendermos como circulam certos códigos espaciais travestidos de neutralidade. Se o entendimento das raízes e desdobramentos do processo de urbanização da sociedade brasileira podem ser pouco claros, é certa a existência de elementos transpostos de outra realidade, engendrando dinâmicas que, no confronto dialético com realidades que não lhe são originais, podem imprimir requintes de crueldade à sociedade.

¹⁹ Ver Monte-Mór (2006).

CAPÍTULO 3

UM DEBATE BRASILEIRO

Este capítulo busca sistematizar e analisar o debate sobre o desenvolvimento das relações campo-cidade no capitalismo brasileiro utilizando como principal critério a presença ou não do diálogo com as formulações de Henri Lefévre, seja por parte daqueles que negam sua relevância para nosso caso, seja para aqueles que admitem uma grande correspondência entre o que esse autor propôs e as particularidades de nossa trajetória de constituição e evolução territorial. Em relação aos últimos, e dentro do campo da Economia Regional e Urbana, o destaque será dado ao arquiteto e urbanista Roberto Luís de Melo Monte-Mór. Do lado oposto encontra-se o economista paulista José Eli da Veiga, autor de uma série de reflexões sobre a temática na qual confronta as teses do filósofo europeu. Na área da geografia humana, serão feitas referências a obras de Milton Santos, nas quais a questão também é abordada. Finalmente, outros autores que marcam presença neste debate, sem entretanto protagonizá-lo, serão também analisados

Quando necessário, serão retomados alguns argumentos originais de Henri Lefévre que de alguma forma respondem às questões suscitadas por este debate ou as esclarecem. O capítulo inicia com uma breve síntese da abordagem de Roberto Monte-Mór, estabelecendo uma conexão direta com o conteúdo do capítulo anterior. Posteriormente, são focalizadas as reflexões de José Eli da Veiga. Em terceiro lugar, são apresentadas algumas críticas feitas a estes dois autores com o intuito de apontar lacunas e incoerências em seu esquema de raciocínio. Finaliza com a aproximação da obra do geógrafo Milton Santos, indispensável para os estudos da temática.

3.1 Roberto Luís Monte-Mór e a Urbanização Extensiva

Em “O Direito à Cidade” e “A Revolução Urbana”, principalmente, Henri Lefébvre preocupa-se em demonstrar como uma formação socioespacial busca se impor sobre outra, instaurando um conflito permanente pela dominância no planejamento do espaço e das relações de produção. A essas formações socioespaciais Lefébvre dá o nome de cidade política, cidade comercial e cidade industrial, sendo esta última a responsável por engendrar as transformações que conformam a gênese da *sociedade urbana* e do processo de urbanização completa da sociedade. Roberto Luís Monte-Mór utiliza basicamente o mesmo método de análise para o caso brasileiro, procurando na história econômica brasileira os momentos em que determinadas formações socioespaciais se impuseram sobre outra, e procura refelir acerca de quais seriam as conseqüências desta imposição sobre todo o território nacional.

Sua periodização principia com o período no qual a presença do regime escravista e a ausência de uma divisão do trabalho expressiva entre cidade e campo fizeram com que a realidade urbana se resumisse a cidade política, centro de decisões e ostentação de poder das oligarquias regionais. A abolição da escravidão e a imigração de trabalhadores europeus teriam permitido uma maior dinamização do espaço urbano, insuficiente porém para fazer frente à realidade de dominação do complexo agroexportador sobre as demais esferas da vida econômica e social brasileira. Essa ruptura só poderia efetivar-se se aliada a uma mudança nos fundamentos da economia brasileira.

A partir da década de 1940, as cidades passam a gozar de maior importância econômica como concentradoras de mercados consumidores e de uma classe social emergente: a classe média dos profissionais liberais, funcionários públicos, militares e comerciantes. Politicamente, a cidade é ainda pouco importante, vide a maneira como são tratadas as questões de moradia, higiene, saneamento etc.

O crescimento anual médio da população urbana brasileira atingira 3,91% na década de 40, muito superior ao crescimento da população total, de 2,39%. Entretanto, problemas de habitação,

crescimento e serviços urbanos não constituíam preocupações centrais dos governantes e o planejamento urbano (e regional) estava restrito a casos isolados, na maioria das vezes situações que requeriam um urbanismo de luxo, necessário apenas quando grandes projetos políticos (novas capitais) ou industriais (novas cidades) exigiam um tratamento formal diferenciado do espaço urbano. Problemas de desenvolvimento industrial, integração territorial e desequilíbrios regionais cresciam nos debates nacionais, mas as questões do crescimento das cidades e aglomerações urbanas não estavam ainda colocadas, esperariam dias futuros. (Monte-Mór, 2003: 83)

Roberto Monte-Mór identifica esse período como um dos responsáveis pelo surgimento da cidade industrial brasileira, à medida que permitiu a constituição de uma cidade mercantil concentradora de serviços urbanos, mercado consumidor e mão-de-obra “livre”. Estruturava-se, portanto, um espaço pronto a ser tomado de assalto pela indústria. Ao mesmo tempo, o capital industrial também criava suas próprias cidades, na qual o Estado regulava as relações entre capital e trabalho, fazia investimento em infra-estrutura e garantia os meios de consumo coletivo, criando as condições gerais para a realização da produção industrial.

Isto nos leva a concluir que, antes de chegado o momento no qual industrialização e integração nacional fossem definidas como as diretrizes do desenvolvimento econômico brasileiro, a urbanização brasileira apresentasse como característica principal a fragmentação. No plano das relações campo-cidade, isso equivale a dizer que predominava um padrão de articulação entre modos de produção distintos, sendo o campo ainda cenário de uma sociedade arcaica, com relações sociais e de produção pouco desenvolvidas, e as cidades ilhas isoladas na qual se experienciava a modernidade, a cidadania e a urbanidade²⁰.

O governo de Juscelino Kubitschek, com seu Plano de Metas, dá o primeiro passo para reverter este quadro. A interiorização se coloca como um dos eixos principais de uma ação coordenada do Estado brasileiro. Neste contexto, construção de Brasília é o símbolo inequívoco da intenção de levar (“à guindaste”) a experiência urbana consolidada nas regiões mais avançadas do país aos confins do território nacional. Por outro lado, a opção pela industrialização pesada reforça e recondiciona a

²⁰ Monte-Mór (2006: 9) empresta de Milton Santos a expressão *arquipélago urbano* para caracterizar a urbanização brasileira no período.

hierarquia dos centros urbanos, dando início ao processo de concentração populacional em grandes e médias áreas urbanas.

Os governos militares, por sua vez, também têm contribuição decisiva para este processo de expansão do tecido urbano. Na perspectiva das relações de produção, dois acontecimentos deste período são fundamentais para entender as metamorfoses operadas nas relações entre campo e cidade: por um lado, a modernização da agricultura, resultando na expulsão de um imenso contingente de trabalhadores camponeses de seus locais de origem; por outro, a primazia do setor industrial de bens de consumo duráveis, que exige uma certa ordem social capaz de assegurar a o consumo, instaurando, nas palavras de Henri Lefébvre, a *sociedade burocrática de consumo dirigido*.

Na perspectiva geográfica, a ditadura impõe a integração por meio do transporte e dos sistemas de dominação territorial coordenados por uma estrutura política altamente concentradora. Ao mesmo tempo, a modernização agrícola acima referida significou a inserção das regiões agrícolas em complexas cadeias produtivas, quebrando de certa forma a oposição entre o campo atrasado e a cidade moderna.

Roberto Monte-Mór aponta assim um duplo padrão na urbanização brasileira:

- d) Concentração populacional em grandes e médias áreas urbanas
- e) Extensão da urbanização por meio de redes de transporte, comunicação e serviços.

Essas duas características de produção do território são responsáveis pela *urbanização extensiva* ou, em outras palavras, a Revolução Urbana brasileira. Uma dentre as diversas definições deste processo pode ser encontrada em Roberto Monte-Mór (2003: 86):

Não se restringe às cidades grandes, médias e pequenas, mas estende-se sobre o próprio campo ao longo dos eixos de comunicação e transportes e nas concentrações de serviços que assim surgiram para apoio à produção.

Além de carregar consigo as condições urbano-industriais de produção e reprodução do sistema capitalista, a *urbanização extensiva* também compreende a expansão, por todo o território nacional, da práxis urbana, da modernidade e da cidadania. Impõe-se, portanto, um novo padrão de relações sociais que não se caracterizam somente pela hegemonia do capitalismo, mas também por uma nova configuração espacial responsável por redefinir a política e a cultura. A síntese da dicotomia campo-cidade se expressa, portanto, na predominância de uma sociabilidade urbana.

O termo urbanização extensiva, apesar de sua inspiração claramente lefebvriana, não é utilizado por Lefébvre. Utilizo-o para explicitar a incorporação de alguns aspectos centrais do pensamento de Lefébvre sobre o fenômeno urbano, mas particularmente aliando à dimensão socioespacial da urbanização, mais facilmente identificável, a dimensão política ali implícita: a práxis urbana. Essa prática teórica gestada no cotidiano da vida urbana, no espaço privilegiado da reprodução social, mas que combina produção e reprodução, cooperação e competição, e que era privilégio da cidade ou da polis, hoje se estende virtualmente a todo o espaço social. (Monte-Mór, 2003: 90)

3.2 José Eli da Veiga e o Nascimento de outra Ruralidade

Analisar os escritos de José Eli da Veiga sobre as relações entre campo e cidade, principalmente aqueles em que se opõe abertamente à tese de urbanização completa da sociedade, é uma tarefa que exige redobrada atenção em relação à utilização de determinados conceitos e metodologias na apresentação do problema. As discussões com Henri Lefébvre e com os brasileiros “lefebvrianos”, ao contrário do observado no campo marxista, têm como parâmetro uma posição conservadora (no sentido mais puro da palavra) em relação ao modo de produção capitalista. Sendo assim, freqüentemente tem-se a sensação de que, no momento da descrição dos fenômenos, há grande correspondência entre as duas visões. As cisões se dão principalmente no julgamento de seus impactos sobre o desenvolvimento econômico, social e territorial brasileiro.

Dito isto, é necessário destrinchar qual é a metodologia de análise do autor. O livro "Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula" reúne pequenos artigos escritos para jornais, nos quais o autor aponta a "necessidade de renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar". Há portanto, dois objetivos principais: confrontar as interpretações do processo de urbanização brasileiro que mais se aproximam do arcabouço lefebvriano e sugerir um novo projeto de planejamento territorial capaz de dar conta das novas relações entre urbano e rural.

A primeira tarefa tem como pressuposto a negação de qualquer síntese da oposição campo-cidade. Na conclusão, abordaremos mais a fundo a opinião do autor acerca dos diferentes caminhos aos quais estão sujeitas as oposições dialéticas, nem sempre tendo como fim a dominação de um pólo sobre outro. Para fazer valer sua tese, faz uso de dois indicadores: a densidade demográfica e o índice de "pressão antrópica", ou, em outras palavras, o grau de influência da atividade humana sobre determinado ecossistema²¹.

Em relação à densidade demográfica, o autor desqualifica a pesquisa do censo demográfico brasileiro, que teria produzido a "ficção" de um país com população 82% urbana devido a uma falha metodológica, qual seja, considerar que toda sede de município é uma cidade. Dessa forma, muitos locais nas quais há baixíssima densidade demográfica e pouquíssimos sinais de modificação da natureza pela ação humana estariam sendo considerados urbanos, o que para José Eli da Veiga é uma aberração. No seu modo de enxergar e classificar territorialmente o Brasil, o autor pressupõe a existência de aglomerações metropolitanas, aglomerações não-metropolitanas, centros urbanos que não pertencem a aglomerações e regiões rurais. As últimas hospedariam cerca de 30% da população em números crescentes, desafiando os dados do IBGE.

Mas afinal, que forças estariam impulsionando o crescimento de participação dos "rurais" no total da população brasileiras? À primeira vista, poderia ser dito que José Eli da Veiga está fazendo referência ao vigor do agronegócio, um poderoso pilar de

²¹ *"Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais manchados pela ação humana do que as manchas ocupadas pelas megalópoles"* (Veiga, 2003: 33)

sustentação da economia brasileira. Entretanto, em artigo intitulado “Vilão do Desenvolvimento Rural”, o autor tira o agronegócio da esfera rural, principalmente pelos malefícios que este modelo de produção impõe ao meio ambiente.

A busca por esclarecimentos é feita na comparação com a organização territorial dos países desenvolvidos. Levando em conta metodologia da OCDE, o autor se pergunta por que um número tão significativo de pessoas e empresas dos países do Primeiro Mundo estão em regiões classificadas como relativamente ou essencialmente rurais. A questão se torna mais complexa na medida em que José Eli da Veiga admite a seguinte tese sobre a dinâmica econômica dos centros urbanos:

As economias das grandes cidades são sustentadas por um processo de auto-reabastecimento que parece “uma espécie de círculo virtuoso”: as pessoas e as empresas nelas se fixam por causa das oportunidades criadas pelas presenças de outras pessoas e empresas. (Veiga, 2003: 59)

Portanto, tendo em vista a pujança das grandes cidades e seu elevado grau de auto-reabastecimento, por qual motivo se desenvolveriam as regiões rurais? O autor responde a pergunta indicando que as características destas localidades são cada vez mais, elas mesmas, motivação para a atração de pessoas e empresas, criando um processo de auto-reabastecimento do rural. Essas características são principalmente: valorização do meio ambiente e da natureza, preservação de patrimônio histórico e cultural, segurança privada e tranquilidade. O usufruto destes “bens” por meio de aposentados e de pessoas desgostosas com a vida metropolitana, seja por meio de um deslocamento permanente, seja através do turismo, é o motor para a atração de mais pessoas e empresas.

Para José Eli da Veiga, a ruralidade experimentou, em diferentes momentos da história, a predominância de um setor da atividade econômica na definição dos termos em que se relacionariam homem e natureza. Primeiro, a agricultura primitiva e o extrativismo, posteriormente, a agroindústria e o campo mecanizado. O “novo rural” preconizado por sua obra inaugura a era do setor terciário, do turismo, das atividades ecologicamente responsáveis. Nesta visão, o desenvolvimento rural é tão somente o

desenvolvimento das regiões rurais, e as vantagens comparativas destas regiões são suficientes por si só para engendrar este “círculo virtuoso”. Um livre-mercado respeitador da natureza: está dada a fórmula do “desenvolvimento sustentável”.

3.3 Limites e deficiências nas abordagens de Roberto Luís Monte-Mór e José Eli da Veiga

Ainda que este trabalho admita uma grande afinidade com o pensamento de Henri Lefébvre, é necessário ponderar quais os limites da transposição de um pensamento gestado em uma sociedade que tem suas relações de produção capitalista largamente desenvolvidas para o caso brasileiro, tendo em vista a condição de país subdesenvolvido, ou periférico. O próprio pensador francês faz menção a esse perigo por diversas vezes em suas obras, ainda que não seja incisivo na reflexão sobre o caso das nações subjugadas dentro da ordem econômica mundial. Exemplo disso pode ser observado na seguinte passagem de “A Revolução Urbana”:

Não somente existem simultaneidades, interações, desigualdades de desenvolvimento, pelas quais esses momentos (esses “continentes” – o agrário, o industrial, o urbano) coexistem, não só uma tal noção de “corte” lançaria à cegueira as relações de produção e de classes, como, de modo mais geral, os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial, a era urbana. Eles acumulam os problemas, sem por isso acumularem as riquezas. (Lefébvre, 1999: 40)

Nesse sentido, vale nos indagar se uma sociedade como a brasileira, que nunca afirmou a hegemonia política e econômica de uma burguesia industrial perante uma burguesia “rural”, que desenvolveu suas forças produtivas deixando um contingente imenso de sua população à margem de direitos econômicos e sociais básicos, como, inclusive, o próprio mercado de consumo, de fato experimenta a mesma práxis urbana contida no discurso lefebvriano e inspirada no testemunho histórico das cidades e territórios europeus. Isso não significa negar que haja um processo de superação da

dicotomia campo-cidade no Brasil, mas os determinantes, as conseqüências e a maneira como esse processo se desenvolve por certo são bastante diferentes, em um plano superior àquele das especificidades factuais de nossa história: um plano estrutural.

Desta forma, poderíamos dizer que hoje a *urbanização extensiva* aparece mais como uma aliança entre classes do que a imposição de uma formação socioespacial identificada com a industrialização sobre as demais. Do outro lado, as classes subordinadas também enfrentam as contradições de uma sociedade heterogênea. Tomemos como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior movimento social da América Latina, cada vez mais articulado ao urbano, mas ainda cobrando a dívida de um projeto camponês²² de ocupação e, acima de tudo, acesso a espaço.

Resumindo: as críticas à Monte-Mór vêm da impressão de que sua análise, quando descolada da exposição de um quadro mais rico da constituição das classes sociais brasileiras, da formação da economia nacional e do padrão de relação com o sistema econômica mundial, podem resultar insuficientes para o entendimento de nossa realidade.

Uma resposta crítica às proposições de José Eli da Veiga é sistematizada pela geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos em uma resenha do livro supracitado, na qual é feita a indagação: seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. Este texto busca o contraponto pela concepção de que “urbano” e “rural” não podem ser definidos por um critério numérico e estático (neste caso, a densidade demográfica ou o índice de pressão antrópica). Estas duas terminologias – urbano e rural – contêm uma história de desenvolvimento econômico e social reveladora da existência de determinados centros de decisão e um planejamento territorial que nem sempre é compatível com as vantagens comparativas oferecidas pelo espaço local.

O que o autor ignora é que estamos diante da produção do espaço pela sociedade e sob a égide do Estado esta produção ganha um

²² Aqui é colocada a palavra camponês em referência ao fato de que Henri Lefévre utiliza este termo para identificar o rural que a industrialização dissipou. Ver Lefévre (1999: 37)

caráter estratégico. O Estado regulador impõe as relações de produção enquanto dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade. A busca de coesão/coerência e equilíbrio baseada na eficácia do que chama “desenvolvimento sustentável” é pura ideologia pois elimina conflitos e contradições. E assim a crítica ao Estado se reduz ao problema da definição administrativa da cidade e não à sua capacidade produtiva, que se estende por todo o espaço. É ingênuo acreditar que mexendo nas estatísticas, redirecionam-se as políticas que vão criar a possibilidade do crescimento; isto porque o espaço é o lugar da planificação de uma lógica de crescimento sob a égide do Estado. (Carlos, 2003: 4)

A hierarquia na determinação do desenvolvimento territorial de determinada sociedade teria o topo ocupado pelo Estado, que define os marcos de ocupação e utilização econômica do território de forma a garantir a reprodução das relações de produção. O centro urbano representa geograficamente o pólo dominador na desigual correlação de forças entre os espaços. No plano das relações sociais, a sociabilidade urbana²³ afirma sua hegemonia perante os outros padrões de sociabilidade.

Neste mesmo sentido, em “A Revolução Urbana”, Lefébvre argüirá:

(...) uma espécie de colonização generalizada dos espaços pelos “centros de decisão” parece tomar forma. Os centros de riqueza e informação, de saber e de poder, procedem a uma feudalização de suas dependências. Nesse caso, a linha fronteira não passa entre *cidade* e *campo*, mas sim no interior do fenômeno urbano, entre a periferia dominada e o centro dominador. (Lefébvre, 1999: 107)

Caso fossem contemporâneos e estivessem trocando cartas, poderíamos dizer que esta citação de Lefébvre concorre para “limpar o meio de campo” no debate com José Eli da Veiga, de maneira a deixar claro que a crítica do último, estabelecida sob os critérios acima apresentados, abarca precariamente toda a teoria de seu interlocutor. Em síntese: não há quem negue a existência do espaço identificado como “novo rural”, porém, qual é a relação que estabelece com uma complexa estrutura social? Isso não é

²³ Para os autores de inspiração lefebvriana, a sociabilidade urbana pode ter conteúdos positivos e negativos. Se, por um lado, Roberto Monte-Mór enfatiza a “repolitização” do espaço social e a extensão a todo o território da polis e da “práxis urbana” (Monte-Mór, 2003: 90), por outro, Ana Fani Carlos prefere focar o fato de que são crescentemente reproduzidas as desigualdades e contradições do urbano-industrial pela generalização do mercado e das relações de produção capitalistas.

respondido. Ao mesmo tempo, os sinais de hierarquia são tantos que por vezes José Eli da Veiga parece dar contraprovas de seus próprios argumentos...²⁴

Outro ponto controverso na obra de José Eli da Veiga refere-se à posição ocupada pelo meio ambiente e pela ecologia em seu esquema de raciocínio. O autor constantemente acusa a tese de urbanização completa da sociedade de não levar em conta as relações entre homem e natureza²⁵, para além da estrutura social ou da divisão setorial de atividades. As leituras atentas de Lefébvre e Monte-Mór fazem essa opinião parecer bastante equivocada.

Em primeiro lugar, o pensador francês dedica boa parte de seus escritos ao tema. Eles estão reunidos como fundamentos de sua concepção acerca do conteúdo e da forma que adquire a Economia Política do Espaço na sociedade moderna. Lefébvre considera que esses aspectos da problemática urbana – *“que não são menores e vão além das imagens banalizadas do ‘meio ambiente’, posto que supõe uma análise”* (Lefébvre, 1999: 35) – é constitutivo da *fase crítica*, se revelando um *campo cego* da análise. Iluminar essa questão significa analisar as contradições que a envolvem. Neste sentido, observamos que bens outrora raros tornam-se abundantes: os alimentos em geral, embora grande parte do planeta não tenha acesso a eles. Ao contrário, bens outrora abundantes tornam-se raros: o espaço, o tempo, a água, a terra, a luz. Surge assim um impasse relacionado à gestão econômica das novas raridades. Esse impasse aponta ou para a ruptura do modo de produção, ou para a *“produção ou re-produção de tudo que foi a ‘natureza’*.” Tomamos a liberdade de associar a segunda opção – que para Lefébvre é a prevalecente – com a “nova ruralidade” advogada por José Eli da Veiga. E em relação a esse processo, o francês sentenciará:

²⁴ “O autor questiona, com razão, o fato de que muitos prefeitos decretam como perímetro urbano áreas que envolvem pastagens e plantações; que os trabalhadores rurais moram nas cidades e trabalham no campo e que a condição de moradia define seus direitos. (...) Mas há um sentido nesta situação real exposta pelo autor, que indica claramente que estão superadas as análises que dicotomizam cidade/campo, apontando para sua superação – o que não pode ser negligenciado.” (Carlos, 2003: 5)

²⁵ “Será correto tentar entender a distinção entre os ambientes rural e urbano sem considerar seus principais fundamentos, que são necessariamente ecológico-econômicos? Será correto tentar entender a distinção entre os ambientes rural e urbano sem entender aquilo que Marx chamava de metabolismo que os seres humanos mantêm com a natureza e entre si? Não será esta a concepção dos que decretam o fim do rural? Inclusive daqueles que procuram ter como referência o pensamento de Marx?” (Veiga, 2007: 7)

Teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a "natureza" real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa.

Na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, como a da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante. Todos os "significados flutuantes" que a retórica utiliza se agarram à sua re-presentation para encontrar um sentido e um conteúdo (ilusórios).

Quanto aos "espaços verdes", última palavra das boas intenções e das deploráveis representações urbanísticas, o que pensar senão que constituem um substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre, aquele dos encontros e dos jogos, dos parques, dos jardins, das praças? (Lefebvre, 1999: 36)

Em segundo lugar, pouquíssimos elementos nos levam a crer que haja um crescimento relativo das localidades caracterizadas pela "nova ruralidade", por mais que se possa admitir, dentro dos critérios de José Eli da Veiga, que tenha crescido o número absoluto de regiões com essas qualidades e que elas tenham ampliado suas condições econômicas. Na realidade, é difícil crer que caminhemos para um consenso sobre o conteúdo daquilo que se denomina "desenvolvimento sustentável". Observando a estrutura da economia brasileira, vemos a proeminência de setores cujo comprometimento com o manejo responsável do meio ambiente é no mínimo questionável: o agronegócio, as indústrias extrativas, da construção civil e de infraestrutura, principalmente. Estes setores têm sido fundamentais no novo ciclo de expansão da economia brasileira, tanto do ponto de vista do mercado interno, quanto da inserção na ordem econômica internacional. Portanto, se há hoje "dois brasis", há que se averiguar com clareza qual deles exerce dominância sobre o outro.

A esse respeito, podem ser encontrados diversos textos e obras de autores de inspiração lefebvriana. Entre estes, um tema freqüente é o da expansão da fronteira de recursos naturais na Amazônia, fenômeno que, por sua importância nacional e mundial, é usado como poderoso contra-argumento às posições defendidas por José Eli da Veiga²⁶. Para eles, o caso de devastação crescente das áreas de floresta amazônica é a grande contradição do discurso ambiental, e reforça o fato de que a ecologia está

²⁶ A esse respeito, ver, principalmente, Monte-Mór (1998) e Becker (1990).

restrita mesmo ao planejamento urbano, a projetos de cidade e não mais como uma questão nacional.

Em síntese, a acusação de que as abordagens de inspiração marxista estariam negligenciando as questões relacionadas ao meio-ambiente ou à ecologia são fracas e não correspondem a um exame apurado das obras. O que existe é um ponto de vista crítico sobre o tema. Ainda assim, há um bom campo para a realização de pesquisas e estudos caso se deseje responder a José Eli da Veiga dentro do seu esquema de raciocínio – coletando, por exemplo, dados que problematizem seu “índice de pressão antrópica”.

Finalmente, vale destacar que Monte-Mór e José Eli da Veiga (e aí incluímos as visões correlatas, de um lado ou de outro), dedicam pouca atenção a uma abordagem da problemática campo-cidade do ponto de vista da conexão estabelecida entre os padrões de propriedade da terra, valorização do espaço (enquanto mercadoria) e relações capital/trabalho no território nacional. Lefébvre e seus seguidores são constantemente criticados por diversas correntes, entre elas a própria economia política marxista, por focar as transformações espaciais decorrentes do capitalismo sem no entanto definir os papéis específicos operados por classes ou frações de classes nesse processo. Estariam assim “fetichizando” o espaço e tornando nebulosa a maneira pelo qual é produzido socialmente. Monte-Mór parece incorrer neste erro. No caso de José Eli da Veiga, o mesmo vazio, é, antes de tudo, uma questão de método. Pode também ser encarado como opção política e ideológica. Na conclusão deste trabalho será abordado este tema com mais vagar. Por enquanto, cabe dizer que as discussões acerca da *urbanização extensiva* poderiam ser muito melhor amparadas se levassem em conta tais conexões.

3.4 Milton Santos e o meio técnico-científico

No livro “A Urbanização Brasileira”, Milton Santos intenta produzir uma “pequena teoria” de nosso processo de urbanização, levando em conta as especificidades da formação sócio-econômica e territorial, além do papel ocupado pelo Brasil no sistema

econômico e geopolítico mundial, para melhor situar um amplo rol de teorias e hipóteses acerca da produção do território brasileiro. Este projeto tem como pressuposto o diálogo com diversas correntes do pensamento geográfico, entre elas àquelas identificadas com as formulações de Henri Lefévre. Embora sejam escassas as referências diretas à obra do filósofo francês, Milton Santos evidentemente se preocupa em responder às suas indagações, não apenas em relação ao processo histórico de constituição do espaço nacional, mas também no plano da formulação de uma teoria original da produção do espaço.

Neste sentido, o conceito chave que baseia as análises efetuadas pelo autor é o de *meio técnico-científico*, que define como “o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo da ciência, de técnicas e de informação” (Santos, 1994: 35). Este período instaura determinada racionalidade na organização do território a nível mundial que, apesar da origem nos países de capitalismo avançado, não é incompatível com as estruturas sociais e econômicas dos países subdesenvolvidos. Pelo contrário, essa racionalidade é instrumento indispensável para a integração internacional nos marcos da divisão internacional do trabalho, combinando países em desiguais estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Esta “modernização” do espaço independe, portanto, da efetivação de um capitalismo industrial, ou ainda de uma urbanização que esteja relacionada diretamente ao nascimento da cidade industrial²⁷. Desta forma, Santos propõe que haja no Brasil uma nova qualidade das relações campo-cidade, mas com um peso muito maior do campo do que aquele atribuído por Roberto Luís Monte-Mór, justamente pelo caráter especializado do sistema produtivo nacional.

Um dos indicadores deste predomínio do espaço agrário, concomitante a expansão do meio técnico-científico, é o incremento da população agrícola (tomando por critério a posição na ocupação) conjuntamente com a estagnação da população rural (tomando por critério o local de residência). Esses dados são explicados principalmente pela emergência dos trabalhadores agrícolas temporários, moradores

²⁷ “O meio técnico-científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda.” (Santos, 1994: 40).

das periferias das cidades, e demonstra as contradições do processo de urbanização brasileiro.

Brasil		
	População agrícola	População Rural
1960	15.454.526	38.418.798
1970	17.581.964	41.054.053
1980	21.163.729	38.566.297

Fonte: Santos (1994: 31)

O fenômeno da informatização do espaço brasileiro engendra a *creditização* do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva e a expansão do capitalismo. Não se trata da predominância da cidade sobre o campo, ou do campo sobre a cidade. Há em realidade um sistema de cooperação entre as diversas regiões, extremamente avançado do ponto de vista da tecnologia e da relação com o mercado mundial. Podemos encontrar no artigo “Espaço e Dominação: uma abordagem marxista”¹, de 1975, uma sistematização destas ideias posteriormente amadurecidas em “A Urbanização Brasileira”. Em uma seção intitulada *Relações cidade-campo em países em vias de desenvolvimento*, o autor argumenta:

É igualmente preciso levar em conta o fato de que a contradição cidade-campo, naquilo que concerne à densidade do capital ou aos níveis de vida, se torna relativa desde que o mundo rural acolha explorações modernas, muitas vezes sob formas monopolísticas ou de enclaves, já que a cidade também é o lugar da concentração e da pobreza. É por isto que ainda se fala de “ruralização da cidade”, como o fazia Marx há mais de um século. (Santos, 1979: 120)

O processo de expansão do meio técnico-científico sobre o território, ao manter intactas determinadas relações sociais e econômicas características do subdesenvolvimento, produz uma urbanização distinta, que teria como características principais, de um lado, o surgimento de municípios “*cujas urbanizações de seve diretamente à consecução e expansão do agronegócio, formando-se cidades cuja*

função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores associados à modernização da agricultura" (Elias e Pequeno, 2007: 25) e, de outro, a *involução urbana*²⁸, com base na chamada ruralização da cidade, ou seja, a invasão de *práxis rurais* no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo (Santos, 1994: 55).

Levando em conta esses pressupostos, Santos propõe que o espaço brasileiro é hoje preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*, não mais se tratando da antiga divisão entre "regiões rurais" e "cidades":

Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais. Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios dentro da aglomeração ou em suas proximidades com atividades agrícolas freqüentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. (Santos, 1994: 65)

A característica comum a todas as cidades – sejam elas expressão do poderio agrícola ou do poderio financeiro-industrial – é o caos, derivado principalmente dos processos de especulação imobiliária e predominância do gasto econômico sobre o gasto social. O meio urbano adquire a forma de cidades "espraiadas", numa imagem semelhante à do *tecido urbano* lefebvriano, com a diferença fundamental que essa expansão urbana é alimentada majoritariamente pelos processos especulativos – fundiário e imobiliário – pela carência de infra-estruturas e pelas correntes migratórias desiguais, conformando um cenário de extrema pobreza, desemprego, periferização e dispersão da população.

²⁸ De acordo com Milton Santos, há ainda um processo de *involução metropolitana* à medida que a gritante pobreza urbana permite o surgimento de relações econômicas menos modernas, menos dinâmicas e mais excludentes, entrando em contradição com o pretenso avanço social usualmente identificado com a metrópole.

Temos assim um novo quadro explicativo para o desenvolvimento da dicotomia cidade-campo no Brasil: é imposto, à escala internacional, um processo de mecanização do território, através do qual se consolida uma rede urbana – um sistema de cooperação – voltado para atender as atividades designadas aos Brasil pela divisão internacional do trabalho, na qual ocupamos a posição de exportadores de alimentos e matérias-primas. A urbanização brasileira contém, portanto, a contradição de estar ligada diretamente à permanência e fortalecimento de certa estrutura política, econômica e social atrelada aos interesses dominantes na agricultura, ainda que sob a máscara de atividades produtivas extremamente e avançadas.

Essa urbanização voltada “para fora” foi desafiada pelo período de desenvolvimento dos setores complexos da indústria, aspecto componente de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Entretanto, Santos demonstra não ter havido uma predominância da cidade industrial²⁹, e sim um processo de “ruralização da cidade”. Finalizado este ciclo, argumenta o geógrafo, a tendência é que tenhamos como resíduo a organização caótica das cidades e como nova etapa o fortalecimento das cidades locais médias pela alta seletividade, característica marcante da marcha da globalização sobre o espaço.

Campo e cidade estão unidos portanto, na pobreza e na preservação de padrões inferiores de sociabilidade. Nesse sentido, deve ter-se cuidado ao advogar que o urbano brasileiro esteja envolto nos símbolos da polis, da práxis urbana, do encontro da festa. As *cidades do agronegócio* e as *cidades informacionais* mantêm intactas as relações de poder gestadas na colônia e constroem um espaço à imagem e semelhança de seus dois maiores medos: *o medo do império e o medo do povo*. (Tavares, 2002).

²⁹ A esse respeito, é elucidador o seguinte trecho: “*Esse fenômeno [da localização de indústrias nas periferias das megalópoles, metrópoles e cidades médias] se dará paralelamente a outro, o da consolidação de uma metrópole informacional e não propriamente fabril (...), o centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política.*” (Santos, 1994: 124)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar ao longo do último capítulo como alguns autores brasileiros dialogam com a hipótese de urbanização completa da sociedade formulada pelo filósofo francês Henri Lefébvre. A intenção foi identificar em que medida as diferentes perspectivas se aproximam ou se distanciam do conteúdo da obra "A Revolução Urbana", apresentado de maneira simplificada no segundo capítulo deste trabalho. Finalizada essa tarefa, propomos agora um balanço deste debate no qual emergem dois objetivos principais: em primeiro lugar, extrair das distintas visões acerca do processo de transformação espacial da sociedade brasileira aqui relacionadas os aspectos que consideramos mais importantes em cada obra, ignorando as eventuais imprecisões ou discordâncias teóricas acerca do núcleo do tema; em segundo lugar, apontar eventuais lacunas nas visões – mais como oportunidades abertas ao aprofundamento da pesquisa e reflexão.

Essas considerações finais dividem-se em três breves seções. A primeira delas traça as linhas fundamentais da contribuição de cada autor (ou corrente de pensamento) que selecionamos como indispensáveis para a análise da temática; a segunda busca elencar algumas lacunas que a pesquisa identificou, propondo novos estudos que aprofundem determinados pontos; a terceira faz uma avaliação do próprio trabalho, para dar-se conta da capacidade de realizar ou não aquilo proposto inicialmente.

1. Consensos e questões de fundo

Apesar de privilegiarmos a temática das transformações nas relações entre campo e cidade, deve-se ter em mente que cada ponto de vista contém questões de fundo tão ou mais importantes para uma análise completa do significado das mudanças espaciais engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo. Em outras palavras, o desafio não se resume a sentenciarmos que tal ou qual autor possui a interpretação

mais fidedigna do processo de urbanização completa da sociedade transposto para o contexto brasileiro.

Em relação às matrizes teóricas “críticas”, poderíamos dizer que a perspectiva de Milton Santos é mais cuidadosa ao transpor o arcabouço teórico lefebvriano para o Brasil, levando em conta uma série de especificidades que o francês não teve a capacidade (ou oportunidade) de contemplar em sua obra. Entretanto, isso não é suficiente para um descarte sumário da visão lefebvriana. Sabemos que, antes de mais nada, para o francês e, no caso nacional, para Roberto Monte-Mór, há uma preocupação constante em decifrar os mecanismos pelos quais se dá a reprodução das relações de produção, o que passa pela constituição de uma vida cotidiana prisional e de uma sociedade cada vez mais organizada para o consumo em massa. Esse conteúdo específico não necessariamente entra em contradição com as posições de Milton Santos, embora saibamos que há outros pontos marcados por certa discordância.

Outra conclusão “natural” para este estudo, tendo em vista os apontamentos anteriores, seria a discordância automática dos métodos e prognósticos de uma análise como a de José Eli da Veiga. O risco de incorrer em uma simplificação, neste caso, é gigantesco. Apesar de identificarmos o método de delimitação ecológico-demográfico para distinção entre campo e cidade como limitado, há que se levar em conta a dominância que exercem as teorias do desenvolvimento local sustentável e das “vantagens comparativas” ecológicas sobre o planejamento urbano e regional e sobre a definição de políticas públicas que têm influência sobre o território. Dessa forma, é necessário ter cuidado para que as discordâncias metodológicas (e ideológicas) não eclipssem o fato de que o discurso ambiental sai extremamente fortalecido das discussões que focalizamos aqui, embora seu conteúdo esteja mais propenso a fazer valer a permanência de todo tipo de desigualdade social e territorial.

Seguindo essa linha de raciocínio, diremos que há perspectivas analíticas críticas e perspectivas analíticas conservadoras. Diferenciam-se, com o perdão da redundância, pela defesa ou não de uma mudança estrutural nas relações de produção da vida material e do espaço. As primeiras estão representadas pela visão de Henri

Lefévre, Roberto Monte-Mór e Milton Santos; as segundas foram exemplificadas tomando por referência a obra de José Eli da Veiga. Obviamente, dentro de cada uma das perspectivas há um grande rol de distintas abordagens do nosso tema central, mas acreditamos que esta primeira classificação é necessária para facilitar a contraposição das ideias em termos mais amplos, uma tarefa de difícil proceder se nos ativermos apenas ao nível do método de análise, ou dos pressupostos teóricos que defendem cada um dos autores.

2.Lacunas

Dando seguimento à seção anterior, a pesquisa bibliográfica mostrou uma dificuldade em encontrar obras na qual um autor ou um grupo de autores brasileiros empreendesse um esforço coletivo de síntese crítica da questão campo-cidade no Brasil. O tema geralmente é anexado às discussões do padrão de integração nacional, à análise da modernização agrícola e aos estudos do processo de migração parecendo ocupar, entretanto, uma posição periférica³⁰. Para estes outros ramos de pesquisa percebe-se de fato um maior esforço coletivo, seja por parte de geógrafos, economistas, urbanistas e demais cientistas sociais, em coletivamente apresentar uma abordagem dos processos de constituição territorial do Brasil.

Em relação à esta "lacuna", uma única obra destacou-se das demais. É o livro "O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil", do geógrafo carioca Ruy Moreira, publicado originalmente em 1985. Na realidade, este livro merecia um maior espaço neste trabalho. Foi descoberto, porém, com certo atraso, o que dificultou o exame aprofundado de seus aspectos mais específicos. Ainda assim, alguns apontamentos mais gerais contidos em suas páginas servem muito bem aos propósitos destas considerações finais.

Como já dito acima, o primeiro trunfo deste autor é o de intentar um esforço de síntese histórica e econômica acerca da questão campo-cidade no Brasil, o que por si

³⁰ Quando é dito "posição periférica", refere-se à maneira como o tema é claramente apresentado e a referência que é feita à bibliografia referencial sobre a questão.

só já é louvável e poderia servir como incentivo às correntes críticas da pesquisa espacial brasileira. Mais além, a hipótese aventada pelo autor, bem como todo o desenrolar de sua pesquisa, parecem se aproximar mais do que seria de fato uma economia política da “urbanização completa da sociedade”, isso porque desloca a questão da análise centrada nas transformações espaciais para a análise centrada nas determinações políticas de determinado padrão de gestão do território.

O cerne da obra de Ruy Moreira é a tentativa de demonstrar como a questão cidade-campo é também uma questão de alianças de classes dos dominantes e dos dominados, não necessariamente um processo de dissolução de uma contradição. Como diz o autor, *“a relação cidade-campo é o plano geral das alianças a partir do qual a burguesia pratica suas estratégias espaciais com o intuito de ordenar sua hegemonia de conjunto”*³¹

O método de análise, se colocado lado a lado com as outras visões aqui apresentadas, pode render ótimos estudos e pesquisas, a partir da identificação das diferentes frações de classe responsáveis pelos processos de transformação territorial. Aí é possível ter em mente não apenas as mudanças no espaço ou no “ambiente construído” mas sim quais são os projetos de gestão e uso do território vitoriosos e quais são os derrotados.

Há muito espaço (intelectual) para que sejam aprofundadas as reflexões acerca dos padrões de propriedade da terra, dos interesses envolvidos no planejamento urbano e regional, da dinâmica de circulação de renda entre os setores ligados ao campo e à cidade etc. Apesar de abundante material sobre tais temas, sentimos que não há ainda uma reunião em torno da problemática central desta monografia.

³¹ Ver (Moreira, 1985: 156).

3. Avaliação

Finalmente, o esforço de pesquisa que este trabalho exigiu foi muito importante para melhor entender algumas questões relacionadas à temática e melhor situar as diferentes visões dentro de algumas matrizes de raciocínio fundamentais.

O desafio de tentar relacionar o pensamento de Henri Lefévre às análises da economia espacial foi grande, principalmente pela ausência de uma referência mais forte ao seu pensamento dentro das ciências econômicas “oficiais”. Desta forma, muitas vezes o trabalho aproximou-se da geografia e da filosofia. Neste sentido, pode-se dizer que esta não é uma monografia de economia propriamente dita, mas que busca mesmo problematizar o papel da ciência econômica frente ao tema e frente às outras categorias das ciências sociais.

Este era, em certo sentido, o objetivo inicial deste projeto: fazer a aproximação entre a economia e outros saberes imprescindíveis para romper com as análises fragmentárias do processo de produção social do espaço. Esta meta foi parcialmente cumprida, ao mesmo tempo em que coloca em evidência a necessidade de um maior aprofundamento dentro do escopo da economia. Nos parece que essa seja uma ótima contradição para ser colocada em processo.

Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha. "Modernidade e gestão do território no Brasil: da intergração nacional à integração competitiva." **Espaço e Debates**, n.32, ano XI, 1991, p.47-56.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo, Ática: 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. "Seria o Brasil 'menos urbano do que se calcula?'" **GEOUSP: Revista de Geografia da USP**.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

CUNHA *et alli*, Alexandre Mendes. "O Terror Superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo." **Texto para discussão nº 217**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003

ELDEN, Stuart. **Understanding Henri Lefebvre**. Londres: Continuum, 2004.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. "Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio." **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio, 2007.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

HARVEY, David. **The Limits to Capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HARVEY, David. "O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas." **Espaço e Debates**, São Paulo, n.6, p. 6-35, jun./set., 1982

LAVINAS, Lena; NABUCO, Maria Regina. "Regionalização: problemas de método." **Espaço e Debates**, n.38, ano XIV, 1994, p.21-26.

LEFÉBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFÉBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEFÉBVRE, Henri. **De lo Rural a lo Urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFÉBVRE, Henri. **A vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFÉBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. "Urbanização Extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental." In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR: 1998.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. "O que é o urbano, no mundo contemporâneo." **Texto para discussão n. 281**. UFMG/Cedeplar, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. "Urbanização Extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil." In: NETO, Elias Rassi; BÓGUS, Cláudia Maria (org.). **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003.

MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA, Ruy. **O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

RUA, João. "Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades." **Campo Geográfico: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.1, n.1, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo:Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. "O retorno do território". In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR: 1998.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. "Império, Território e Dinheiro". In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. "A atualidade da contradição urbano-rural". In: **Análise Territorial da Bahia Rural**. SEI, Série Estudos e Pesquisas, n.71, 2004.

VEIGA, José Eli da. "Nascimento de outra ruralidade". **Estudos Avançados**, v.20, n.57, 2006.